

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



### ATA

#### 6ª Reunião da Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos

#### 1ª descentralizada (2023-2026)

30.novembro.2024  
10h00 – Centro - Coimbra

No dia 30 de novembro de 2024, reuniu a Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (AdD), para a sua 6.ª reunião, do mandato 2023-2026, e a 1ª descentralizada, realizada a convite da SRCentro, na Sede da SR em Coimbra, por formato presencial e telemático:

- **Participaram na reunião** (presencialmente ou via telemática) **os seguintes Delegados:** Alexandre Ferreira, Ana de Bastos, Ana Nascimento, António Maria Costa, Bernardo Amaral (substituído por Cilisia Ornelas), Carla Vieira, Alice Tavares (substituindo Carlos Antunes), Daniel Carrapa Dias, Décio Ferreira, Ana Teresa Fernandes (substituindo Duarte Caldeira), João Costa Ribeiro (substituindo Francisco Freitas), Igor Espínola França, João Cravo, Liliana Nóbrega (substituindo João Paulo Bessa), Jorge Teixeira, Jorge Toscano, José Luís Fernandes, Marta Falcão, Mário Martins, Francisco Domingos (substituindo Nuno Freitas), Paulo Pardelha, Patrícia d'Andrade, Paulo Pisco, Pedro Crisóstomo, Madalena França (substituindo Renato Costa) e Teresa Novais.
- **Não participaram:** Sérgio Antunes e Susana Rato que justificaram a sua ausência;
- **Foram convidados** e estiveram presentes: o Presidente do Conselho Diretivo Nacional – Arq. Avelino Oliveira, o Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional Centro – Arq. Florindo Belo Marques, e a Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional Centro – Arq. Liliana Moniz.
- **Participaram ainda** a responsável pelo secretariado administrativo, Fátima Marques.

#### Ordem de Trabalhos

1. Boas-vindas pelo Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional do Centro;
2. Aprovação da Ata da 5ª reunião, realizada em 2 novembro.2024;
3. Proposta XVII Congresso dos Arquitectos no Alentejo;
4. Análise e pronúncia da AdDel sobre a situação do estado de Encomenda Publica em Portugal;
5. Alterações legislativas com impacto no exercício da profissão;
6. Nomeação de 2 grupos de trabalho para a elaboração dos Regulamentos, da competência da AdDel, conforme alínea o) do artº. 19 do Estatuto da Ordem dos Arquitectos;
7. Outros assuntos.

O Presidente, Jorge Teixeira, constatando haver quórum, deu início à reunião, pelas 10 horas e 26 minutos. Cumprimentou e agradeceu a presença de todos e solicitou autorização para a gravação da reunião.

Agradeceu o convite da SR-Centro para receber a Assembleia de Delegados, na sua Sede e seguidamente deu a palavra ao Sr. Presidente da Secção Regional do Centro, Arq. Florindo Belo Marques

#### **Ponto 1. Boas-vindas pelo Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional do Centro**

O Presidente da Secção Regional do Centro, Florindo Belo Marques, cumprimentou e agradeceu a presença de todos, e manifestou o seu agrado pela Assembleia de Delegados ter aceitado o convite de reunirem na Sede a SR-Centro e despedindo-se desejou uma excelente e proveitosa reunião a todos.

#### **Ponto 2. Aprovação da Ata da 5ª Assembleia de Delegados**

Jorge Teixeira informou que não houve pedidos de alteração à proposta de Ata, previamente enviada, pelo que foi de seguida colocada à votação. Assim, a **Ata da 5ª AdDelegados** foi aprovada por unanimidade (24 votos) dos delegados presentes, sendo que os delegados que não estiveram presentes na reunião em

causa, não participaram nesta votação.

### **Ponto 3. Proposta XVII Congresso dos Arquitectos no Alentejo**

Este ponto foi apresentado pelo Presidente do CDN, Avelino Oliveira que anunciou a Proposta para o 17º Congresso, conforme o documento previamente enviado a todos os Delegados para análise. Fez um breve enquadramento e explicou a proposta e os dois possíveis Temas/nomes do Congresso - **"essêncIA |ou | Inteligência Essencial"** e prestou igualmente esclarecimentos sobre os diversos subtemas.

Referiu que o Tema foi muito discutido e levou a grande reflexão, considerando que é um tema contemporâneo e abrangente dentro da classe, mas como o objetivo deste Congresso é igualmente marcar agenda e ter impacto, também, para fora da classe, daí ter de haver atratividade e por isso o tema IA; não rejeitando a inovação e a tecnologia, cingindo-se ao Essencial, em vez do Artificial e Superficial, e que permita uma matriz abrangente nos subtemas. Assim, sobre os dois títulos à escolha, solicitou à Assembleia a opinião e contributos para que possam ser incorporados, agradecendo que decidam e se agilize, visto que o Congresso "está a porta".

Neste ponto pediram a palavra e intervirem os seguintes Delegados:

Marta Falcão - considerou o tema extremamente relevante e fundamental, demonstrando concordância com a Inteligência Essencial (IE).

Jorge Toscano - da mesma forma, expressou concordância com o tema Inteligência Essencial. No que se refere aos subtemas, considerou que são demasiados para serem discutidos em apenas três dias. Também destacou a importância de que o Congresso seja acessível a todos os interessados, e não apenas a Arquitectos.

Teresa Novais - mencionou que o discurso de Avelino Oliveira não foi convincente e que não temos capacidade de realizar um congresso útil se os três dias forem dedicados exclusivamente à discussão de uma única ferramenta, como o AutoCAD ou os telemóveis, por exemplo. Embora reconheça a importância do tema, não o considera prioritário para um evento de três dias, uma vez que existem outros assuntos mais complexos e interessantes a serem debatidos.

Ana Nascimento - expressou que o tema é interessante e muito atual, destacando a importância de estarmos preparados para essa realidade. Caso o objetivo fosse refletir sobre fundamentos e princípios intemporais, considerou que o tema deveria ser "EssêncIA". No entanto, se a intenção é discutir inovação, complexidade e o futuro da arquitetura, bem como a forma como tudo se encaixará, então o tema mais adequado seria "IE". Viu nesse enfoque uma viragem para o futuro, abrangendo avanços tecnológicos, sustentabilidade e uma abordagem mais ampla, inovadora e contemporânea. Além disso, ressaltou que trabalhar o foco da arquitetura nessa direção pode trazer benefícios ao explorar novas estratégias para o futuro.

Paulo Pisco - considerou o tema da Inteligência Essencial extremamente importante, destacando-o como uma ideia útil para preparar e impulsionar o avanço rumo ao futuro. Do ponto de vista da legislação e da sua aplicação, chamou a atenção para a mudança peculiar nas câmaras municipais, onde cada uma adota procedimentos próprios. Ressaltou que essa situação gera uma preocupação complexa e contraditória quanto à aplicação da lei na administração pública.

Liliana Nóbrega - considerou igualmente que se trata de um tema essencial e de vanguarda, capaz de captar a atenção da opinião pública e dos políticos/governo. No entanto, destacou a importância de incluir outros assuntos relevantes, como a prática profissional e a habitação. Por essa razão, defendeu que os subtemas deveriam ser mais delimitados e focados, garantindo um debate mais direcionado e produtivo.

Daniel Carrapa - mencionou que a Inteligência Artificial é muito mais do que uma ferramenta, sendo um tema fraturante que levanta várias questões interligadas. Destacou a responsabilidade do arquiteto sobre o que cria e produz, o que envolve desafios significativos em áreas como as relações laborais, a curadoria do conhecimento e a construção. Por esses motivos, concordou com o tema Inteligência Essencial.

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



Cilisia Ornelas - considerou que o tema é pertinente, mas defendeu que os subtemas deveriam incluir aspetos fundamentais como a prática profissional, o ambiente, o território e as questões institucionais.

Paulo Pardelha - concordou que a Inteligência Essencial é um tema interessante, mas alertou para o facto de os subtemas serem demasiados e pouco focados. Sugeriu incluir outros aspetos, como a legislação e a burocracia excessiva.

Alexandre Ferreira – apoiou a escolha do tema, argumentando que a periodicidade do Congresso exige uma abordagem profunda e estratégica. Enfatizou que a Inteligência Artificial representa uma mudança de paradigma que pode comprometer o papel fundamental do arquiteto no processo. Considerou essencial antecipar desafios, definir limites e liderar as transformações em vez de continuar a debater os mesmos temas discutidos há décadas. No entanto, apontou que os subtemas poderiam ser mais organizados e menos dispersos.

Décio Ferreira - salientou que a Inteligência Artificial já está implementada há anos em vários países e deve ser debatida. No entanto, defendeu a inclusão de subtemas como a habitação, a regulamentação e a atuação da Ordem nesse contexto.

Jorge Teixeira - observou que, embora a Inteligência Artificial possa não ser uma preocupação imediata, tornar-se-á crucial no futuro, pelo que deve ser antecipada. Concordou com o tema Inteligência Essencial, mas sugeriu uma reflexão mais aprofundada sobre os subtemas.

Teresa Novais – questionou se o Congresso se dedicaria exclusivamente à Inteligência Artificial. Caso fosse esse o foco, concordava com o tema, pois reconheceu que haverá impactos significativos na profissão, nomeadamente em questões como honorários. No entanto, se o tema servisse apenas como pretexto para discutir vários outros assuntos, não concordava com essa abordagem, defendendo a necessidade de um foco claro.

Jorge Teixeira ressaltou ainda que o Congresso é um órgão estatutário e deve ser acessível a todos, não apenas a especialistas.

Avelino Oliveira – retomou a palavra para explicitar que o Congresso da Ordem não é um Congresso científico, e que provavelmente não se explicou bem, visto que a discussão em CDN, ter sido exatamente igual; o objetivo é chamar a classe mas também pessoas de fora, se o tema fosse por ex. honorários, legislação etc. não iria ser tão atrativo, e não iriam aparecer, certamente, certo tipo de entidades e o governo, que é importante que estejam presentes; o assunto tem de ser atrativo e será para discutir o essencial dos assuntos que nos interessam, não é para discutir a inteligência artificial, mas sim a essência. Pessoalmente, e como lhe parece pelas intervenções dos Delegados, o consenso da AdDel será pelo tema da "Inteligência Essencial", esclarecendo ainda que os problemas não estão na ferramenta, pois já passou por diversas fases ao longo da sua vida como arquiteto, desde do desenho à mão, ao desenho em computador, ao AutoCAD, ao BIM, mas na essência é arquiteto, salientou ainda que se formos ver os nomes dos Congressos anteriores estes refletem os temas que na sua altura despertavam o interesse ou preocupações da classe, estão adequados à época, e esta é a época da IA, daqui a alguns anos vai perceber-se isso. Considerou que este tema é agregador e atual. Se optassem pelo tema Habitação ou Legislação são temas já estão muito discutidos, e até são temas perigosos pois podemos ser ultrapassados pela realidade dos assuntos; por isso a menos que seja da opinião geral que este tema é um erro crasso, considerou que devemos avançar, visto não faltar já muito tempo até ao Congresso.

Mário Martins – quis deixar registado que o tema do Congresso deve dar alguma liberdade de discussão, e este tema aplica-se a tudo, pelo que concorda em absoluto com o tema IE

Após a discussão, foi colocado à consideração da **AdDel** qual dos dois nomes propostos pelo **CDN** deveria ser escolhido. A decisão maioritária recaiu sobre "Inteligência Essencial", com a recomendação de aprofundar o debate sobre os subtemas, alinhando-os com as preocupações expressas pelos Delegados.

#### **Ponto 4. Análise e pronúncia da AdDel sobre a situação do estado de Encomenda Pública em Portugal**

O Presidente Avelino Oliveira apresentou este ponto, apoiado num PowerPoint e tendo como base o documento "Relatório – Honorários na Encomenda Pública em Portugal", previamente enviado. No início, solicitou reserva na divulgação do documento, justificando a necessidade de primeiro encaminhá-lo a determinadas entidades, seguido de um périplo pelos partidos políticos, antes de avaliar os próximos passos necessários para dar seguimento ao tema.

Enquadrando a questão, destacou a sua complexidade e a falta de compreensão geral sobre o assunto. Referiu as diversas etapas já realizadas junto da Autoridade da Concorrência, sublinhando que o processo não correu bem, resultando numa discussão desinteressante e na proibição total da publicação de qualquer tabela de honorários.

Ao longo da apresentação, esclareceu alguns dos principais aspetos do documento, detalhando tópicos e quadros nele contidos. Também mencionou a posição da Ordem dos Arquitectos relativamente a eventuais ações futuras essenciais.

No encerramento da sua intervenção, defendeu que a abordagem deve ser proativa, sem aguardar passivamente por eventuais desenvolvimentos, mas sempre dentro das competências do CDN e da OA. Após a exposição, solicitou a opinião e apoio da Assembleia de Delegados quanto às possíveis "démarches" futuras, nomeadamente: Convocação de uma Assembleia Geral, Realização de um Referendo e Recurso aos Tribunais e/ou Iniciativa Legislativa, consoante a evolução do processo.

Aberta a discussão, houve pedidos de intervenção dos seguintes Delegados:

Teresa Novais – defendeu a necessidade de agir e proteger a classe e a profissão, argumentando que, sem uma remuneração justa, não é possível sustentar a arquitetura, a família e nem contribuir socialmente.

Mário Martins – concordou com a abordagem de atacar o problema em vez de esperar passivamente. Destacou que não basta discutir internamente, sendo essencial expor a questão publicamente. Justificou sua posição mencionando que baixos honorários, dumping e concorrência desleal são desafios graves da profissão, enfatizando a necessidade de maior literacia financeira e contratual para os arquitetos.

Daniel Carrapa – apontou que a questão não é isolada, mas sistémica, onde o próprio sistema gera esses resultados. Defendeu a necessidade de levar a mensagem à comunicação social e ao meio político, sublinhando que os honorários dos arquitetos são extremamente baixos, afetando a viabilidade empresarial, a capacidade de investimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento do país, tanto no setor público quanto no privado.

Alexandre Ferreira – chamou a atenção para a necessidade de compreender o que o CDN espera com esta estratégia de ação. Afirmou que a classe deve apoiar o CDN nos riscos dessa abordagem, pois a lógica da adjudicação pelo menor preço é insustentável a médio prazo. Diante disso, declarou apoio total ao CDN, concedendo-lhe carta branca para tomar as medidas necessárias para resolver o problema.

José Luís Fernandes – considerou que se deve ter especial atenção e ter a certeza sobre como e o porque da regulação pelo preço mais baixo, como trabalha numa Câmara, sabe bem que, praticamente, só podem fazer as adjudicações por este critério, e propôs que talvez a Ordem pudesse publicar alguns outros critérios, de modo a ajudar as Câmaras a adotarem critérios multi-factoriais e não somente o critério do preço mais baixo; visto que, com a atual situação os arquitetos funcionários de Câmaras só podem recomendar a contratação com base no preço, e caso contrário ficam sujeitos a serem chamados a atenção e até terem processos disciplinares.

Avelino Oliveira – respondeu imediatamente que tal não é possível, o Tribunal de Contas não o permite, pois se fosse assim tão fácil já estaria disponível e resolvido o assunto.

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



Resumindo a situação Avelino Oliveira concluiu que se AdDelegados considerar que se deve ir com calma, tudo bem, se disserem para seguir para Tribunal, iremos avançar, provavelmente até se poderá perder mais do que ganhar, mas temos de saber se estamos ou não a fazer as coisas corretamente. Explicou igualmente se se seguir por este caminho, tal têm de ser orçamentado, e entrar no orçamento de 2025/2026, sendo a metodologia uma questão crítica, devemos pensar nos diversos passos possíveis começando por um referendo, e depois ir para Tribunal e seguir para uma iniciativa legislativa, poderão existir outras iniciativas, mas estas são as formas com mais substância, pelo que serão as melhores hipóteses.

Jorge Teixeira - alertou que o referendo pode representar um risco. Em sua opinião, o primeiro passo deveria ser a convocação de uma Assembleia Geral, seguida de uma análise cuidadosa dos passos seguintes. Enfatizou que o que o CDN busca é o apoio da Assembleia de Delegados, incluindo a eventual ação judicial, mas isso requer validação prévia pela Assembleia Geral.

[via chat]

João Costa Ribeiro – concordou com uma eventual ação judicial contra o Estado, defendendo que o estudo apresentado seja divulgado às entidades relevantes. Informou que enviaria seu depoimento por escrito ao CDN e à Assembleia de Delegados.

Alice Tavares – apoiou as iniciativas sugeridas, começando pela convocação de uma Assembleia Geral como precaução antes de recorrer ao Tribunal.

Foi de consenso a **Recomendação da Assembleia de Delegados que o Conselho Diretivo Nacional tome todas as diligências que considerar oportunas com o objetivo de condução e tratamento deste assunto com a importância que tem para a Ordem dos Arquitectos e toda a sua classe, de acordo com o itinerário apresentado sendo que o recurso último para a via judicial, ainda que aceite, carecerá de nova pronúncia desta Assembleia.**

[Intervalo para almoço]

### **Ponto 5. Alterações legislativas com impacto no exercício da profissão**

Este ponto ficou adiado para próxima reunião pela falta de desenvolvimento relevante sobre a matéria, conforme informado pelo Presidente do CDN, Avelino Oliveira.

### **Ponto 6. Nomeação de 2 grupos de trabalho para a elaboração dos Regulamentos, da competência da AdDel, conforme alínea o) do art.º 19 do Estatuto da Ordem dos Arquitectos**

Jorge Teixeira – fez a apresentação deste ponto e da necessidade de se criar estes dois Grupos de Trabalhos que são da Competência desta Assembleia, a saber: **Regulamento de remuneração dos órgãos sociais** e o **Regulamento do provedor dos destinatários dos serviços**, referiu que devem ser compostos por 3 a 4 elementos para cada GT e solicitou que os Delegados que estivessem interessados em participar nestes dois GT's manifestassem esse interesse.

Após esta apresentação, diversos Delegados mostram interesse em participar nos Grupos de Trabalho que ficaram assim constituídos:

**GT - Regulamento de remuneração dos órgãos sociais** - Décio Ferreira, Jorge Toscano, António Maria Costa, Renato Costa (foi convidado e posteriormente e aceitou).

Presidente Jorge Teixeira informou, que irá convidar o Tesoureiro do CDN, António Laúndes, para integrar este GT.

## ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23  
1249-003 Lisboa, Portugal  
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt  
www.arquitectos.pt



**GT - Regulamento do provedor dos destinatários dos serviços** – José Luís Fernandes, Marta Falcão, Ana Nascimento e Décio Ferreira.

### Ponto 7. Outros assuntos

O Presidente colocou se a Assembleia tinha algum assunto que pretendesse, falar ou discutir, ninguém se pronunciou e assim o Presidente deu nota de alguns assuntos, nomeadamente:

- O convite da SR Alentejo, para os Delegados participarem na 3ª Sessão de Esclarecimento sobre "Os novos Desafios da Disciplina, no próximo dia 3 de Dez, em Évora, caso pretendessem.
- solicitou contributos para o Plano de Atividades 2025 da AdDel conforme pedido do CDN, até dia 9 de dezembro;
- referiu o início, para breve, das reuniões do Grupo de Trabalho sobre a Revisão dos Estatutos, a iniciar já no próximo ano, em janeiro, de modo e refletir sobre a metodologia e balizamento para esta revisão;
- e informou do agendamento de uma reunião da Comissão de Acompanhamento da Revisão do ROFERLOA com o Grupo de Trabalho do mesmo.

Mencionou, a eventual necessidade de vir a realizar-se ainda este ano, em dezembro, mais uma reunião da AdDel, para a aprovação do Orçamento 2025, dizendo que irá tentar no futuro organizar-se com o CDN, em relação à marcação das reuniões, de modo que estas venham a ser marcadas com a devida antecedência. Pelo que a Assembleia irá propor as datas, pelo menos das 4 reuniões anuais obrigatórias, e deverá ser o CDN a adaptar-se a estas datas pré-agendadas. No próximo ano duas das reuniões deverão ser realizadas de forma descentralizadas, uma em Évora na altura do Congresso e outra ainda em data e local a combinar.

Marta Falcão – questionou o que se passava com os Colégios da Ordem, nomeadamente com o Colégio dos Arquitectos Urbanistas.

Ficando de se saber junto do CDN o que se passa com os Colégios.

Ninguém levantou mais questões ou outros assuntos pelo que foi dada por terminada a ordem de trabalhos.

Seguidamente foi lida a Ata Sintética e colocada à votação, tendo esta sido **aprovada por unanimidade**, pelos delegados presentes (21) e subscrita pelo Presidente da Mesa.

Por fim, o Presidente deu por encerrada a reunião às 16 horas e 55 minutos, e agradeceu a presença e participação de todos. Renovou ainda os agradecimentos ao Sr. Presidente do CDR-Centro e à Sr.ª. Vice-Presidente, Liliana Moniz por quem, de igual forma, tão amavelmente foram recebidos os membros desta Assembleia de Delegados.

Jorge Teixeira,  
Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Décio Ferreira,  
Vice-Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados